



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

Segundo a recente resposta do Instituto de Habitação do Governo da RAEM à interpelação de um deputado, 5.51% dos arrendatários de habitações sociais têm rendimento familiar superior ao limite legalmente estabelecido, embora o excesso não ultrapasse o dobro do limite, enquanto 0.28% tem rendimento superior ao dobro do limite. Na opinião do Governo, a resolução imediata dos contratos com os arrendatários em causa vai ter impacto negativo.

A fim de incentivar as pessoas a esforçarem-se no desenvolvimento das suas potencialidades para serem promovidos e melhorarem de vida, no território vizinho a habitação pública pode ser para arrendamento, cuja candidatura é apresentada em boletim verde, e para aquisição, cuja candidatura é apresentada em boletim branco, e existem medidas de incentivo para que os arrendatários possam passar a proprietários e, assim, verem a sua vida melhorada. Na época da administração portuguesa, o governo incentivou os arrendatários de habitações sociais a esforçarem-se para serem promovidos e melhorarem de vida, e permitiu que adquirissem as fracções arrendadas quando os seus rendimentos o permitiam. No entanto, o Governo da RAEM não permite tal coisa, aliás, assumiu uma atitude irresponsável durante muito tempo no respeitante à oferta de habitação pública, e chegou mesmo a suspender a sua construção durante determinado tempo, situação que resultou em insuficiência de habitação pública que impede os arrendatários de habitações sociais de se transformarem em proprietários de habitação económica, e permite que algumas fracções sociais sejam ocupadas por arrendatários “ricos”. Como faltam mecanismos que permitam aos arrendatários de habitações sociais adquirir habitações económicas, estes esforçam-se antes para que os seus rendimentos não ultrapassem o limite legal, para evitar que o Governo termine com os



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

contratos, por isso, nem têm vontade de ser promovidos mesmo quando são capazes, situação que só pode ter impacto negativo para a sociedade.

Na realidade, alguns candidatos à habitação social são excluídos só porque os rendimentos familiares registaram ligeiros aumentos, situação que deixa os agregados em lista de espera bastante preocupados, e que os leva a esforçarem-se por manter os seus rendimentos no limite legal, para evitar que o Governo ponha fim aos contratos, e ainda a perderem a vontade de ser promovidos mesmo quando são capazes.

Sendo assim interpelo sobre o seguinte:

1. A fim de garantir a oferta de habitação social e económica, o Governo da RAEM está determinado a retomar os terrenos não aproveitados para construir habitações económicas, e a reservar terrenos nos novos aterros urbanos para a construção de habitação pública. Mas será que isto é suficiente para garantir a oferta de habitação social e económica, de modo a satisfazer as necessidades a médio e longo prazos, e a contribuir para implementar uma política de habitação pública que incentive os residentes a desenvolverem as suas potencialidades para serem promovidos e melhorem de vida?
2. Para concretizar essa política, o Governo da RAEM deve tomar medidas para que os arrendatários de habitações sociais se esforcem para aumentar os seus rendimentos e para conseguirem adquirir as fracções que arrendaram. Deve ainda retomar, quanto antes, o regime de pontuação para a habitação económica, para que os arrendatários que reúnem os requisitos possam adquirir fracções económicas e desocupar as sociais, deixando-as para as famílias mais pobres. O Governo vai fazer tudo isto?
3. Os candidatos da lista de espera da habitação social andam preocupados com a sua exclusão da lista devido ao aumento dos seus



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

rendimentos. O Governo da RAEM deve retomar, quanto antes, o regime de pontuação para a habitação económica e criar um mecanismo para que os candidatos da lista de espera da habitação social possam ser transferidos para a lista de espera da habitação económica quando os seus rendimentos ultrapassam o limite legal, no sentido de incentivar os residentes a desenvolverem as suas potencialidades para serem promovidos e melhorarem de vida. O Governo vai fazê-lo?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau**

Ng Kuok Cheong

4 de Novembro de 2014